



# Perguntas frequentes sobre as orientações em matéria de créditos não produtivos

## 1 Qual é o objetivo das orientações em matéria de créditos não produtivos dirigidas aos bancos?

As orientações expõem as expectativas de caráter qualitativo da supervisão e instam, ao mesmo tempo, os bancos a definir e a seguir políticas e objetivos quantitativos apropriados para dar resposta ao problema dos créditos não produtivos (*non-performing loans*). Têm por base as melhores práticas de diferentes Estados-Membros da UE, bem como de outros países, e abrangem múltiplos aspetos relacionados com a gestão dos créditos não produtivos. A Supervisão Bancária do BCE decidiu submeter as orientações a consulta pública, a fim de garantir que todas as questões específicas do mercado pertinentes são devidamente tidas em conta.

Um aspeto fundamental é a implementação de estratégias em termos de créditos não produtivos nos bancos diretamente supervisionados pela Supervisão Bancária do BCE. Solicita-se aos bancos que, nos próximos meses, adotem as estratégias aprovadas no tocante aos créditos não produtivos, incluindo objetivos de redução dos mesmos. Esses objetivos têm de estar corretamente refletidos nos esquemas de incentivos a nível da gestão dos bancos e requerem um acompanhamento atento por parte dos órgãos de administração. É igualmente solicitado aos bancos que desenvolvam operações de negociação de créditos não produtivos e estruturas de governação apropriadas.

## 2 O problema dos créditos não produtivos já existe há bastante tempo. Porque só agora está a Supervisão Bancária do BCE a abordar a questão?

O processo de resposta ao nível elevado de créditos não produtivos em alguns bancos e países da área do euro teve início com a avaliação completa de 2014. No âmbito desse exercício, os ativos dos bancos foram avaliados pela primeira vez segundo parâmetros comuns, o que resultou num nível de provisões mais adequado, proporcionando às autoridades de supervisão uma base sólida para continuarem a aprofundar a questão. Subsequentemente, a Supervisão Bancária do BCE abordou o problema dos créditos não produtivos com bancos específicos no contexto das suas funções de supervisão e tem vindo a aplicar no seu trabalho diário de supervisão algumas das expectativas definidas no documento apresentado a consulta pública.

Anteriormente, existiam múltiplas abordagens e práticas de supervisão. Por conseguinte, a publicação das orientações visa sobretudo assegurar condições de igualdade e expor claramente as expectativas do BCE no que respeita às instituições significativas.

Pretende-se também que o âmbito das orientações venha a ser alargado, com base num acompanhamento contínuo dos desenvolvimentos a nível dos créditos não produtivos. Como próximo passo, embora reconheça que será necessário algum tempo até que os créditos não produtivos sejam reduzidos para níveis razoáveis, o BCE planeia dar gradualmente maior ênfase à necessidade de constituir provisões e proceder a anulações de forma atempada.

### 3 **Quais serão as etapas seguintes? Quando irá o BCE estabelecer objetivos quantitativos e prazos para que os bancos atuem?**

Em primeira instância, são os próprios bancos os responsáveis por implementar estratégias adequadas para gerir as respetivas carteiras de créditos não produtivos. Nessa medida, as orientações servirão de base ao diálogo de supervisão com os bancos a nível individual. Alguns bancos terão de atuar com mais celeridade, a fim de dar resposta à questão dos créditos não produtivos e terão de trabalhar intensamente no sentido de estabelecerem planos credíveis e devidamente dotados de recursos. Como parte do processo de supervisão, o BCE reexaminará e procederá a uma análise comparativa, com vista a determinar se os bancos responderam de forma apropriada.

O BCE reforçará também os requisitos de prestação de informação para fins de supervisão aplicáveis aos bancos com elevados níveis de créditos não produtivos e, tal como definido nas orientações, espera que os bancos divulguem mais informações sobre estes créditos.

### 4 **Os bancos são obrigados a seguir as orientações do BCE sobre créditos não produtivos? Podem optar por esperar até que, por exemplo, os preços dos ativos aumentem?**

As orientações estão, presentemente, a ser submetidas a consulta pública e, portanto, não são ainda finais. Dado tratar-se de orientações, não são vinculativas, mas espera-se que os bancos tenham em devida conta as orientações dos seus supervisores. Por conseguinte, o BCE espera que as instituições sob a sua supervisão direta apliquem as orientações, em consonância com a magnitude e a gravidade dos desafios que enfrentam em termos de créditos não produtivos.

A abordagem de “esperar para ver”, seguida demasiadas vezes no passado, não resolveu o problema. A recuperação económica é importante para fazer face ao nível elevado de créditos não produtivos, mas é de notar também que apenas os bancos sólidos que procuram ativamente dar resposta aos respetivos problemas (incluindo o dos créditos não produtivos) conseguem assegurar o financiamento

adequado da economia e, conseqüentemente, promover a recuperação da mesma. Nessa conformidade, a Supervisão Bancária do BCE espera que os bancos com níveis elevados de créditos não produtivos implementem objetivos simultaneamente realistas e ambiciosos para a redução desses créditos.

## 5 Qual foi o objetivo do levantamento realizado? Em que se distingue das orientações?

O levantamento apresenta exemplos das melhores práticas de oito Estados-Membros da UE e visa, por um lado, explicar um conjunto de elementos das orientações e, por outro, sugerir possíveis alterações legislativas, ou outros ajustamentos, a nível nacional, que ajudem a resolver o problema.

O levantamento destaca também o facto de que solucionar a questão dos créditos não produtivos não passa apenas pela supervisão bancária, dadas as restrições e as diferenças nos quadros jurídicos nacionais. As estratégias para cada banco precisam, assim, de ter em conta o contexto nacional e os instrumentos disponíveis, bem como as circunstâncias específicas dos bancos. No entanto, a indisponibilidade de certos instrumentos, tais como um mercado secundário líquido para os créditos não produtivos, não pode servir de justificação para não lidar com o problema.

O levantamento será concluído nos próximos meses, de modo a incluir os países ainda não abordados pelo grupo de trabalho sobre créditos não produtivos.